



A perplexidade como abertura do pensamento num “mundo fora dos eixos”

Perplexity as a thought opening in a "time out of joint"

La perplejidad como apertura del pensamiento en un “mundo fuera de los ejes”

José Mário d'Avila Neves

Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (PMPA), Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

O assombro e a perplexidade diante de uma “realidade brasileira” que parece “fora dos eixos” é o ponto de partida deste artigo, que problematiza os limites da nossa compreensão e busca entender o que as forças ultraconservadoras perceberam na realidade – que nós não tínhamos percebido –, que possibilitou a essas forças dirigirem os acontecimentos e assumirem as rédeas dos fluxos de produção da realidade. A demonstração de como o nosso sistema social chegou ao seu limite histórico – que evidencia o esgotamento das condições para integração pelo trabalho e coesão social pelas regras democráticas e pelas políticas públicas construídas ao longo do século XX – permite elucidar a nova dinâmica da realidade brasileira e explicar a radical guinada das elites brasileiras, que migraram da estratégia democrática de gestão negociada das contradições sociais para uma estratégia autoritária de gestão bélica dessas contradições.

Palavras-chave: capitalismo; crise social; barbárie; Estado de exceção

Abstract

The astonishment and perplexity before a "Brazilian reality" that seems "out of joint" is the starting point of this article. It problematizes the limits of our understanding and seeks to comprehend what the ultra-conservative forces have perceived in the reality - that we had not realised - which enabled these forces direct the events and take the lead of the production flows of reality. The demonstration of how our social system reached its historical limit - that highlights the exhaustion of the conditions for integration through work and social cohesion by democratic rules and public policies, built throughout the XX century - allows us to

elucidate the new dynamics of Brazilian reality, and to explain the sudden turning of Brazilian elites, which migrated from the democratic strategy of social contradictions negotiated management to an authoritarian strategy of warlike management of these contradictions.

Palavras-chave: capitalismo; social crisis; barbarismo; Exception State

Resumen

El asombro y la perplejidad frente a una “realidad brasileña” que parece “fuera de los ejes” es el punto de partida de este artículo, que problematiza los límites de nuestra comprensión y busca entender lo que las fuerzas ultraconservadoras percibieron en la realidad – qué nosotros no habíamos percibido –, qué posibilitó que esas fuerzas dirigieran los acontecimientos y asumieran las riendas de los flujos de producción de la realidad. La demostración de cómo nuestro sistema social llegó a su límite histórico – que evidencia el agotamiento de las condiciones para la integración por el trabajo y para la cohesión social por las reglas democráticas y por las políticas públicas construidas a lo largo del siglo XX – permite elucidar la nueva dinámica de la realidad en Brasil y explicar el radical giro de las élites brasileñas, que migraron de la estrategia democrática de gestión negociada de las contradicciones sociales para una estrategia autoritaria de gestión bélica de esas contradicciones.

Palavras-chave: capitalismo; crisis social; barbárie; Estado de excepción

A percepção de que hoje vivemos uma “realidade brasileira” que seria inimaginável há poucos anos deve ser reconhecida e afirmada como um necessário e radical ponto de inflexão do pensamento. Inimaginável que se impõem como desafio e como enigma e que exige a ousadia para uma reflexão radical, que seja capaz de enfrentar um mundo que parece “fora dos eixos”.

Em que pese já evidenciarmos uma fadiga quase melancólica – pelo esforço

para não sucumbirmos diante do recorrente impacto dos acontecimentos –, urge superarmos o atual estado de perplexidade. Estado de perplexidade que se encontra estampado nas faces que nos rodeiam, que se evidencia na angústia disseminada e em diversas manifestações corpóreas e sintomáticas de sofrimento – seja nos consultórios, nas instituições, nas rodas de bar ou mesmo nas nossas casas –, e que aparece até nas piadas e diversas formas de *memes*, que colocamos a circular em

nossas redes sociais quase alucinadamente como parte de um impulso catártico.

Aproveitando um ensinamento de Deleuze (1974), podemos dizer que frente a perplexidade com os acontecimentos, devemos nos interrogar quanto ao mundo onde esses acontecimentos se fizeram possíveis – o que evidencia que, se estamos assombrados, é porque nos encontramos diante de um mundo radicalmente diferente daquele que imaginávamos familiar! Portanto, somos tomados por um estranhamento porque o mundo tornou-se irreconhecível, porque não reconhecemos mais o mundo que até há pouco pensávamos habitar. E é imprescindível assumir que o “tamanho” do nosso desconhecimento do mundo é proporcional à magnitude da nossa perplexidade.

Deleuze (2006, p. 210) também adverte que “o pensamento só pensa coagido e forçado”, quando é objeto de uma violência, quando o Fora se impõe como uma necessidade. Portanto, esse sentimento de perplexidade que hoje nos assola – cuja intensidade decorre do fato de que sucessivas vezes fomos golpeados pelos acontecimentos – pode servir de impulso para o necessário, árduo e corajoso esforço de reflexão e autocrítica quanto aos limites do que até então temos pensado, instigando um pensamento novo. Isso não significa que devemos jogar fora

todo o acúmulo de entendimento e de referenciais que até agora nos orientaram, mas que é necessário assumir radicalmente a sua insuficiência, abrindo espaço para novas perspectivas.

Essa reflexão talvez pareça excessivamente autocrítica, mas ela precisa ser assumida em toda a sua radicalidade, pois é necessário reconhecer que grande parte da nossa incapacidade para imprimir outras direções para os acontecimentos decorreu diretamente dos limites na nossa compreensão da realidade.

Esse reconhecimento também nos permite concluir, como uma nova consequência lógica, que as forças ultraconservadoras conseguiram dirigir os acontecimentos e foram vitoriosas, porque perceberam com maior clareza os fluxos e linhas de força da realidade, tornando-se mais competentes na operação dessas linhas e fluxos. A maior sintonia das forças ultraconservadoras com a realidade possibilitou, inclusive, como inusitada e paradoxal ironia, que estas forças se apropriassem do generalizado descontentamento popular com os limites da “democracia à brasileira” e se apresentassem como uma alternativa política antiestablishment (discurso que Trump também operou na disputa eleitoral nos EUA).

Chegamos, aqui, a uma questão central, cuja colocação pode ajudar a

superar a cegueira situacional em que estivemos metidos e nos abrir para uma nova perspectiva de análise e de intervenção na conjuntura: o que as forças ultraconservadoras perceberam intuitivamente que o nosso campo progressista não tinha visto e compreendido?

O que essas forças perceberam – o que não significa que entenderam, dado o seu referencial conceitual rudimentar – é que, no horizonte do capitalismo brasileiro, as condições para uma sociedade coesionada pelo trabalho assalariado e integrada socialmente pelas regras democráticas e pelas políticas públicas estavam irremediavelmente esgotadas. Por isso, essas elites migraram de uma estratégia de gestão negociada das contradições sociais para uma estratégia de gestão bélica das contradições.

A partir desse diagnóstico, as elites econômicas partiram para o ataque frontal à democracia, com o impeachment, e, na sequência, sob a hegemonia das forças ultraconservadoras, assumiram um projeto de viés totalitário, que defende a gestão armada das contradições sociais. Os signos ostentados na campanha do candidato vitorioso nas últimas eleições presidenciais foram subestimados, como se fossem marketing político e não a mais nua e crua expressão de um projeto estratégico de

gestão política de uma sociedade em acelerado processo de degradação.

Precisamos levar muito a sério esse diagnóstico das forças ultraconservadoras, pois ele fundamentou a sua estratégia política vitoriosa. No entanto, não é novo o diagnóstico de que o sistema capitalista chegou ao seu limite histórico e esgotou as suas possibilidades de cumprir um papel civilizatório – a ponto de não ser mais viável a sua continuidade nos marcos da sociedade do trabalho que conhecemos. Essa análise tem sido desenvolvida, pelo menos desde a década de 90, por uma rica linha de análise do campo da esquerda, conhecida como Crítica do Valor, que Menegat (2019, p. 78) caracteriza como “uma crítica da economia política da barbárie”.

Essa análise, cuja acuidade faz-se evidente diante dos acontecimentos que nos desnortearam, aponta que vivemos uma crise do sistema capitalista de dimensões inauditas, que coloca em risco tanto a sobrevivência da vida no planeta – em decorrência do problema ambiental, que, apesar da gravidade, não iremos abordar neste ensaio –, quanto a dissolução da forma de sociabilidade que conhecemos.

Sabemos que o capitalismo já passou por várias crises importantes e que diversos setores progressistas e de esquerda vaticinaram a crise terminal do

capitalismo inúmeras vezes. No entanto, cabe ressaltar que a crise atual está constituída por elementos que têm uma qualidade e uma dimensão dramaticamente nova, cuja natureza evidencia que de fato já entramos em um novo período histórico. Um período histórico que se caracteriza tanto por uma inaudita aceleração da barbárie, quanto pelo colapso das tradicionais formas de regulação social – o que nos dá a impressão de que “o mundo está fora dos eixos”. Quem observa a política norte-americana sob a direção de Trump, o crescimento da extrema direita na Europa, a situação da Grã-Bretanha com o *Brexit*, ou, ainda, a situação da democracia no Brasil e o Governo Bolsonaro, não escapa de lembrar o lamento de Hamlet: “O mundo está fora dos eixos. Oh! Maldita sorte!...” (Shakespeare, 1981, p. 227).

Como primeira questão a observar, relativamente a atual crise mundial, compete assinalar que esta não pode ser solucionada por uma guerra – como vimos serem solucionadas as grandes crises anteriores: a guerra esgotava os estoques de mercadorias acumulados e destruía o excedente de forças produtivas (o que também significava exterminar dezenas de milhões de pessoas), possibilitando a abertura de um novo período de acumulação e desenvolvimento.

Esse caminho “clássico” para superação da crise não é mais viável. Não apenas porque uma guerra em larga escala, com o arsenal hoje disponível, pode significar o extermínio da humanidade ou, no mínimo, uma absurda regressão das formas de existência dos grupos humanos que por ventura viessem a sobreviver a tal hecatombe – sendo também evidente que uma guerra em pequena escala, como as que ordinariamente temos assistido espalhadas pelo mundo, não traria nenhum alívio significativo, dada a dimensão da atual crise. Esse caminho não é viável, fundamentalmente, porque esta, muito mais do que uma crise de superprodução, é uma crise de valorização do capital e de dissolução do mundo do trabalho.

O trabalho está cada vez mais sendo expulso da produção, em decorrência da competição tecnológica entre empresas, que buscam aumento de produtividade e redução de custos. Os estudos indicam que a indústria 4.0 e a automação dos serviços vão acabar com grande parte dos postos de trabalho nas próximas duas décadas. Segundo Evangelista (2018, p. 6), “estudo apresentado em 2017 pela consultoria McKinsey & Company diz que cerca de 800 milhões de profissionais poderão perder seus empregos até 2030 [em decorrência da automatização da indústria 4.0]. O relatório analisou 800 profissões

em 46 países e constatou que até um terço dos trabalhos atuais poderá ser automatizado daqui a 12 anos”.

Temos quatro consequências imediatas desse processo. A primeira, é que o capital não consegue mais se valorizar no campo da economia real. Mesmo com a superexploração (pela precarização do trabalho nas suas diversas formas), não existe mais a incorporação de suficiente trabalho vivo para extrair a quantidade de mais-valia necessária para a valorização do capital. Assim, temos imensas plantas industriais com montantes cada vez maiores de recursos financeiros imobilizados e com menos trabalhadores (desequilíbrio na composição orgânica do capital), o que reduz drasticamente a possibilidade de criação de valor no âmbito da produção e, conseqüentemente, de valorização real do capital.

A segunda é que, em decorrência dessa incapacidade de valorização na produção, desde meados da década de 70, o capital tem se direcionado massivamente para a especulação financeira. Isso tem levado a explosão das cada vez mais frequentes “bolhas especulativas”, pois não existe suficiente criação de riqueza na economia real para lastrear a imensa massa de capital fictício que se valoriza artificialmente no sistema financeiro.

A terceira, é que teremos, num futuro muito próximo, o incremento de

centenas de milhões de pessoas sem possibilidade de inserção no mundo do trabalho e, portanto, sem condições para sustentar as suas existências – “inúteis para o mundo”, de que fala Castel (1998, p. 593). Os campos de refugiados espalhados pelo mundo, as marchas de miseráveis (como a que partiu de Honduras em direção aos EUA) e a transformação do Mediterrâneo num imenso cemitério de naufragos é apenas uma pequena amostra trágica do que se anuncia.

A quarta, é que o gigantesco aumento do capital fictício nos circuitos especulativos tornou o sistema financeiro internacional cada vez mais dependente dos recursos estatais (fundos públicos) – sem a espoliação dos recursos públicos, imediatamente o sistema financeiro entraria em colapso. Essa dependência que o sistema financeiro tem dos recursos públicos, associada ao fim da sociedade do trabalho – que tornou desnecessária a manutenção de um exército de trabalhadores saudáveis e educados –, está na origem da redução dos direitos sociais e dos cortes nas políticas públicas, pela imposição dos programas de austeridade fiscal que tem se disseminado em todo o mundo (a Emenda Constitucional 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos, é o exemplo brasileiro desses programas).

Este rápido panorama evidencia o quão correto é o diagnóstico de que o

nosso sistema social – estruturado sob o imperativo da acumulação de capital, através da produção de mercadorias – não pode mais ser gerido na base da negociação democrática e da integração pelo trabalho. Primeiro, porque não existe mais trabalho em escala suficiente para integrar a massa de trabalhadores que não tem mais lugar na produção. Segundo, porque a espoliação dos fundos públicos pelos programas de austeridade fiscal – que objetivam manter o tênue equilíbrio do sistema financeiro especulativo –, não permite que o Estado siga viabilizando as políticas públicas que possibilitariam uma mínima coesão social e contensão da barbárie. Terceiro, é que sem trabalho, não é possível a manutenção de uma sociedade de consumo de massas e, conseqüentemente, também não é possível viabilizar uma democracia de massas.

Em síntese: a implementação da agenda política que unificou toda a “elite brasileira” desde o *impeachment*, e que combina o aumento dramático da exploração e da precarização do trabalho com o corte radical dos direitos e das políticas públicas, é incompatível com o processo democrático – nenhum povo manteria a estabilidade de um regime com esse programa nos marcos da democracia. Por isso, podemos entender que, do ponto de vista das “elites dominantes”, o Estado de Exceção e a gestão armada das

contradições sociais não se coloca como uma opção política, mas como uma “necessidade histórica”, como uma estratégia para tentar – através de um brutal retrocesso civilizatório – viabilizar uma sobrevida para o nosso sistema social, que chegou ao seu ponto de colapso.

É desse ponto de vista extremo, de um sistema em processo de decomposição e da perspectiva de uma “elite” sem nenhum compromisso com a nação, que a violência no Brasil – com os 62.517 mil homicídios registrados em 2016, segundo o Atlas da Violência IPEA/FBSP (2018) – não pode ser considerada uma “falha” ou uma “disfunção”, pois ela “opera” como uma “política racional”: uma política de extermínio dos “inúteis para o mundo”. Uma política de extermínio cuja “eficiência” é demonstrada pela sua “macabra especialização”, ao incidir seletivamente sobre jovens, negros e mulheres. Os dados do Atlas da Violência IPEA/FBSP (2018) demonstram que, em 2016: a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina (15 a 29 anos) correspondeu a 50,3% do total de óbitos, sendo que, se considerar homens entre 15 e 19 anos, esse indicador atinge a incrível marca dos 56,5%; a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%), sendo que, no ano base 2015, o risco de um jovem negro ser

vítima de homicídio no Brasil foi 2,7 vezes maior que o de um jovem branco; e a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras.

Passamos, definitivamente, para uma nova fase histórica de profundo caráter regressivo, na qual a gestão dos conflitos e contradições da sociedade brasileira deixa de ser operada no âmbito da democracia – pelos mecanismos de negociação social e pelas políticas públicas do passado (com os grandes limites que conhecemos) – e entramos numa fase de gestão militar e armada da barbárie no âmbito do Estado de Exceção. Não é demais repisar: os signos que marcaram a campanha do candidato vitorioso nas últimas eleições presidenciais diziam mais do que estávamos preparados para entender – no entanto, esse entendimento, já tardio, não pode mais tardar!

Notas

¹ Ensaio apresentado no evento “PSICOLOGIA, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: TEMAS EM DEBATE NOS 20 ANOS DO PPG EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL UFRGS”, em outubro de 2018.

Referências

- Castel, R. (1998). *As Metamorfozes da Questão Social: uma crônica do trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Deleuze, G. (1974). *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva.
- Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal.
- Evangelista, A. P. Seremos Líderes ou Escravos da Indústria 4.0? *Revista POLI: saúde, educação e trabalho*. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, Ano X, Nº 58 – jul/ago, 2018.
- Menegat, M. *A Crítica do Capitalismo em Tempos de Catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.
- Shakespeare, W. *Hamlet, Príncipe da Dinamarca*. São Paulo, Abril, 1981.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (2018). *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: IPEA, FBSP.

José Mário d'Avila Neves é psicólogo na Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre/PMPA. Mestre e Doutor em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Especialista em Psicologia

Organizacional e do Trabalho pelo Conselho Federal de Psicologia.

E-mail: jmario.neves@gmail.com
